



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

	<p>Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana</p> <p>Pedro Góis (org.)</p> <p>Dezembro de 2008, Comunidades, 2</p> <p>Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) pp. 262 ISBN 978-989-8000-71-2</p> <p>Estudo disponível em: www.oi.acidi.gov.pt Contacto: centro.documentacao@acidi.gov.pt</p>
--	---

Resumo:

Ao longo das últimas duas décadas temos assistido a uma mudança no paradigma do estudo das migrações, na análise das comunidades de imigrantes (e seus descendentes) e no modo como estes interagem com as sociedades onde se inserem. De um paradigma que assentava numa lógica de análise de fluxos migratórios, de relações unidireccionais simples e lineares (e.g. origem-destino; migração de retorno; (re)agrupamento familiar, migrações temporárias ou definitivas, etc.), passámos para uma lógica de análise multidireccional (e.g. migrações circulares; re-emigração; transmigrações; migrações transfronteiriças, comunidades transnacionais, práticas transnacionais, etc.). De uma análise linear dos processos de integração para uma análise multidimensional, em que a diversidade interna dos grupos migrantes, as suas características específicas e o modo como se integram nas sociedades de acolhimento e se relacionam com grupos maioritários ou com outros grupos de imigrantes passou a ser central. Nos países de destino, os estudos sobre imigração e sobre imigrantes centravam-se principalmente nos processos de incorporação/assimilação. Por seu turno, nos países de origem, as investigações sobre emigração concentravam-se, nomeadamente, nos contextos de partida, nas condições de retorno, nas remessas ou nas problemáticas associadas às famílias divididas (Vertovec, 1999); Itzigsohn e Saucedo, 2002). A lógica subjacente a estas análises separava a sociedade de origem da sociedade de destino em duas realidades independentes e não sobreponíveis, num claro exemplo de um certo “nacionalismo metodológico”, como lhe chamaram Wimmer e Glick-Schiller (2002) e de que os Estudos Migratórios costumam ainda a libertar-se.

Entretanto, ao longo da década de 90, começa a emergir um novo paradigma que defende a ideia de que os migrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

unem ao país de origem, isto é, que por norma não existe uma assimilação/incorporação total nos países de destino, mas antes uma partilha complexa entre duas (ou mais) sociedades. De acordo com este novo paradigma, os imigrantes criam uma multiplicidade de laços em diferentes áreas de acção social que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as relações sociais com as sociedades de origem e de destino (Faist, 2000). Estes estudos foram, desde o início, uma advertência às teorias da assimilação, direccionando a nossa atenção para as ligações estáveis que ligam muitos dos migrantes de primeira geração e/ou os seus descendentes aos seus lugares de origem, conectando origem e destino de uma forma sólida e continuada. Complementarmente, permitiram afirmar a necessidade de um novo olhar sobre as especificidades das comunidades de imigrantes; as suas características e idiosincrasias; a forma reticular como grupos de imigrantes num país se ligavam a grupos com as mesmas origens em países vizinhos ou distantes; o modo como a sustentação contínua e ininterrupta de novos imigrantes mantinha estáveis as ligações entre os “velhos” imigrantes, os recém chegados e os seus descendentes e entre todos eles e o país de origem ou a origem ancestral.

De entre todos os sistemas migratórios de longa duração, talvez não exista um melhor laboratório para estudar a pertinência deste paradigma do que no sistema migratório que liga Portugal e Cabo Verde. Em Cabo Verde as migrações internacionais dizem respeito a (quase) toda a gente, o que nem é de estranhar numa nação com a sua história migratória e em que existem mais cabo-verdianos e seus descendentes no exterior do que no território de origem. Isto significa que (quase) não existe ninguém que não tenha um membro da sua família, um amigo, ou um vizinho no estrangeiro. Por outro lado, (quase) não existem cabo-verdianos que não tenham, num momento das suas vidas, considerado a migração como uma opção, que não tenham migrado internamente (e.g. para uma outra ilha) ou que não tenham sofrido a influência de um familiar, amigo ou conterrâneo no estrangeiro. De entre os destinos migratórios principais destaca-se, desde há muito o lugar de Portugal.

A emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel. Ao longo de séculos esta migração persistiu, oculta aos olhos da maioria, escondida pelo breu da escravatura que toldava a razão. No século XX porém, consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por um número crescente de cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem.

As origens da fase contemporânea deste fluxo migratório podem ser encontradas nos anos 60, altura em que migraram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem no sector mineiro, na construção civil e em obras públicas. Estes imigrantes inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão de obra designadamente, no sector da construção





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

civil e obras públicas e, de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, em menor número, no Algarve. De início eram sobretudo homens sem família mas, rapidamente, esta situação deu lugar a um reagrupamento familiar dinâmico e a um crescimento simultaneamente exógeno e endógeno da comunidade.

Dos anos 60 até hoje o incremento do volume (stock) de cabo-verdianos em Portugal teve ritmos diferenciados correspondendo a diferentes sub-ciclos da emigração cabo-verdiana dependentes, designadamente, da evolução da economia e das políticas migratórias portuguesas. O volume da imigração cabo-verdiana actual é, neste contexto, o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de integração na sociedade portuguesa. Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no movimento de retorno das ex-colónias. Dois grupos de status, em sentido weberiano, fizeram parte desta vaga migratória: um primeiro grupo, de quadros e funcionários coloniais e respectivas famílias com origem em várias das “províncias ultramarinas” e que, com maior ou menor dificuldade, seguiram um processo semelhante ao dos chamados “retornados” e foram capazes de se inserir na sociedade portuguesa, diluindo-se nesta em alguns anos e, em muitos casos, re-assumindo aos profissões exercidas anteriormente (e.g. funcionários, gestores, médicos, enfermeiros, etc.); um segundo grupo que, à semelhança do que ocorrera nos anos 60, migra para Portugal como destino laboral. Estes cabo-verdianos, muitos com nacionalidade portuguesa, concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa e, de uma maneira geral, inseriram-se no mercado de trabalho em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes, . Podemos falar deste movimento migratório como uma segunda fase nas migrações cabo-verdianas para Portugal. A terceira fase das migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, dá início a uma nova fase na imigração portuguesa, marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho. Esta fase migratória está ainda em curso e é sobre os seus impactos nas sociedades de origem e de destino que trata o presente volume.

No essencial, é a constatação de como são estáveis e diversas as ligações entre Portugal e Cabo Verde, o tema que liga os vários textos deste livro colectivo. A análise de práticas musicais, de processos de sucesso ou insucesso educativo, de práticas transnacionais ou de níveis de empreendedorismo, (para referir apenas algumas das contribuições), a partir de uma caracterização basilar como sendo “de cabo-verdianos” mostra que a integração social não está terminada mesmo no momento em que a terceira geração de descendentes de imigrantes cabo-verdianos chega à idade adulta. As diferentes e múltiplas faces que caracterizam os cabo-verdianos em Portugal são aqui apresentadas em múltiplos retratos que não esgotam o tema mas contribuem para quebrar a sua invisibilidade social.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

No texto que abre esta obra colectiva, Luís Batalha apresenta-nos as razões para o facto de não podermos falar de comunidade cabo-verdiana em Portugal mas, ao invés, de termos que pluralizar e complexificar as nossas análises. Para este autor, a partilha de uma identidade “cabo-verdiana” geral e global não é suficiente para uniformizar as diferenças, que decorrem de esferas de sociabilidade distintas e que estratificam a(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) em diferentes níveis. Numa análise devidamente enquadrada na história da emigração cabo-verdiana para Portugal, Batalha mostra-nos como a construção histórica das diferenças internas aos cabo-verdianos em Portugal se faz tanto pela herança do passado colonial como pela dinâmica dos processos de inserção na sociedade de destino. O autor marca alguns momentos chave neste processo: a fase final do colonialismo português; a independência de Cabo Verde o início da migração laboral pós-colonial. Para Luís Batalha é nestes momentos chave que se enraizam as diferenças que hoje são visíveis e tornam os cabo-verdianos e seus descendentes em Portugal um complexo mosaico identitário, dificilmente caracterizável como homogéneo.

Paulo Mendes, sociólogo cabo-verdiano e dinâmico líder associativo, apresenta-nos um retrato detalhado dos cabo-verdianos nos Açores. A partir de uma metodologia assente tanto em inquéritos como em entrevistas, os cabo-verdianos na ultra-periférica região portuguesa são apresentados como o mais antigo e importante grupo migratório, cujo impacto económico e social não tem recebido os devidos créditos. De acordo com Paulo Mendes, os cabo-verdianos iniciaram a sua migração para os Açores ainda antes da independência de Cabo Verde e desde então, em particular pós anos 90, têm vindo continuamente a escolher este destino migratório. Na sua análise o autor privilegia uma caracterização dos perfis pré-migratórios, do percurso migratório, da inserção laboral e da participação em diferentes esferas (e.g. social, política e cultural) nos Açores. A partir desta investigação é possível comparar o grupo de imigrantes cabo-verdianos nos Açores e seus descendentes, com outros grupos similares em Portugal ou em outros países e caracterizar melhor a emigração cabo-verdiana contemporânea.

Qual a é a propensão empreendedora dos cabo-verdianos em Portugal? Esta é a pergunta que dá o mote para o texto da autoria de Catarina Reis Oliveira. Procurando responder a esta questão, a autora investigou os empresários Cabo-Verdianos em Portugal e discute, de um modo detalhado, comparando os cabo-verdianos com outros grupos imigrantes (e com os portugueses), as causas para um menor empreendedorismo. Através do uso de teorias de largo espectro, como a Teoria das Desvantagens ou as Teorias do Mercado de Trabalho Segmentado, Catarina Oliveira enquadra as justificações para esta menor propensão para o empreendedorismo mas apresenta também as causas para um relativo crescimento em anos mais recentes e para a localização espacial de um micro-empreendedorismo, muitas vezes informal, mas de elevado impacto ao nível da integração social do cabo-verdianos em Portugal.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

Desde os anos 90 que a literatura sobre o transnacionalismo tem crescido na comunidade científica tendo-se transformado o «transnacionalismo» numa *buzzword* para as migrações contemporâneas. A pesquisa em ciências sociais, no entanto, ainda não concretizou empiricamente o que há de novo nas migrações contemporâneas que mereça ser tratado de forma diferenciada do que as teorias migratórias sempre fizeram. Na verdade, os contributos teóricos sobre transnacionalismo e práticas transnacionais traduzem, na sua ampla maioria, a ausência de conhecimento empírico sobre práticas transnacionais e sobre a sua relevância. Neste artigo, Pedro Góis e José Carlos Marques descrevem a realidade social das práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos em diferentes esferas sociais (e.g. economia, política, cultura, etc.) procurando aquilatar a sua importância. Na investigação que serve de base ao texto apresentado, os autores combinaram a análise documental com entrevistas a informadores privilegiados e entrevistas a migrantes transnacionais. A compreensão da debilidade de um dos indicadores de transnacionalismo, as práticas transnacionais, é aqui analisada tendo como pano de fundo a história e dinâmica do fluxo migratório cabo-verdiano para Portugal.

Na sua contribuição, Rui Cidra apresenta-nos um dos símbolos e um dos principais indicadores identitários cabo-verdianos: a música. Através de uma análise, que tem como centro a produção musical cabo-verdiana no seio da diáspora, o autor mostra como a produção da música de Cabo Verde deve ser vista como indissociável de movimentos migratórios e de modos de actuação transnacionais. Através de um mapeamento histórico das redes transnacionais de suporte à produção musical, Rui Cidra demonstra que é, principalmente, nas redes sociais cabo-verdianas em Portugal, Holanda e França, que podemos encontrar as razões para a profícua produção e o sucesso histórico da música cabo-verdiana. O autor mostra que é, no entanto, a elevada mobilidade entre os diferentes pontos desta rede diaspórica (muito diversa no que aos contextos de recepção se refere) e Cabo Verde a sua principal característica diferenciadora. É numa lógica de análise cruzada entre mobilidade espacial e enquadramento contextual que podemos compreender as diferentes práticas musicais que vão do RAP à morna, do zouk ao batuku ou ao funaná. As influências recíprocas entre a diáspora, Cabo Verde e a globalização musical fazem-se sentir no modo como as práticas expressivas se revelam tornando-se elementos principais de pertença subjectiva à nação cabo-verdiana.

César Monteiro, sociólogo cabo-verdiano com relevante obra publicada, dedica o seu texto a uma temática que o tem acompanhado nos últimos anos: a sociologia da música cabo-verdiana e, especificamente, ao papel dos cabo-verdianos e descendentes da Área Metropolitana de Lisboa na configuração do campo musical cabo-verdiano. Através de uma análise em que conjuga a sociologia da música e a sociologia das migrações o autor define a Área Metropolitana de Lisboa como um campo transnacional de produção musical. Para César Monteiro a Área Metropolitana de Lisboa surge como um campo musical estratificado e diversificado; um campo onde os protagonistas são





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

tanto do género masculino como do género feminino permitindo através desta diversidade afirmar as idiosincrasias da própria sociedade cabo-verdiana aqui emigrada. A importância da música e dos músicos na estruturação da(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) da Área Metropolitana de Lisboa é destacada através de como o campo social onde se tecem e se (re)criam laços e espaços intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência de interação física com a comunidade real do país de origem.

Lígia Évora Ferreira centra a sua análise num tema da maior actualidade: o sucesso educativo dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos em Portugal. No seu texto a autora, ela própria pedagoga e investigadora, discute o modo como a integração neste sistema funcional é o produto de uma acção recíproca entre a construção social do seu próprio estatuto social e os modelos educativos que os enquadram no seio da sociedade portuguesa. Lígia Évora Ferreira mostra como o contraste entre dois tipos de socialização primária, a família e a escola, pode ter consequências ao nível do sucesso educativo. A impreparação das crianças/jovens para a complexidade da Escola (e.g. em termos de domínio linguístico da língua padrão) e a impreparação da Escola em enquadrar a diferença sem discriminar os que são diferentes, constituem pedras angulares do modo como a autora desenvolve a sua análise. Para a autora, a Escola é o locus de lutas simbólicas onde se joga muito dos processos de socialização destes jovens e o tipo e o modo como medimos o seu sucesso educativo dá-nos uma visão do futuro que podemos esperar.

Marzia Grassi pretende, neste texto, diagnosticar a emergência de uma consciência europeia entre jovens de origem cabo-verdiana e angolana em Portugal. Sim, a consciência Europeia porque os jovens descendentes de imigrantes já não partilham apenas as identidades da origem e de destino mas identidades supranacionais como a identidade Europeia. A autora apresenta a sua análise a partir das respostas a um questionário aplicado a cerca de 400 jovens de origem cabo-verdiana e angolana a viver na Área Metropolitana de Lisboa. Neste texto, conceitos centrais como os de identidade, etnicidade ou cultura são discutidos, comparando diferentes dimensões de identidade/identificação de jovens de origem cabo-verdiana, angolana e portuguesa mas todos eles jovens europeus.

De identidades fala também o artigo de Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos, dois jovens cientistas sociais que cruzam os seus saberes e constroem um texto sobre os descendentes de cabo-verdianos, as suas inclusões e exclusões sociais. Fortemente influenciados pelas teorias do pós-colonialismo que nos chegam do mundo anglo-saxónico, os autores analisam diferentes espaços de representação social, como o rap ou o hip-hop, enquanto espaços de interacção e, simultaneamente, de afirmação identitária. Os autores sublinham, na sua análise, a importância da dimensão espacial, o modo como o “bairro” emerge, a par da família ou da escola, como espaço de





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

socialização primária, onde se cruzam tradição e “street”vanguarda ambas alicerces identitários fortemente estruturantes para os jovens.

Kátia Cardoso, investigadora cabo-verdiana radicada em Coimbra, apresenta-nos um tópico cada vez mais importante nos estudos migratórios: a relação entre emigração e desenvolvimento dos países de origem. No entanto, desta vez, não é a questão das remessas que está no centro da análise mas o modo como emigração e política externa cabo-verdiana se vêm relacionando ao longo das últimas décadas. A autora analisa em que medida a emigração, constantemente presente nos programas de governo pós-independência, tem correspondência com políticas conducentes a uma maior participação dos emigrantes na sociedade cabo-verdiana ou com políticas activas de fomento à participação activa dos cabo-verdianos nas sociedades de acolhimento. Kátia Cardoso mostra como as medidas governamentais cabo-verdianas dirigidas à emigração têm vindo a sofrer uma evolução e alargamento, da tradicional protecção consular e incentivo ao envio de remessas à atenção dada à segunda geração nos países de destino, à participação dos quadros da diáspora no associativismo e ao papel de lobby que estes podem fazer a favor de Cabo Verde. A interligação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana, realizada neste texto, alarga o potencial tradicionalmente atribuído às diásporas e contribui para uma maior integração do olhar das Relações Internacionais nos estudos migratórios.

Os cabo-verdianos na Holanda foram apelidados durante vários anos de “imigrantes silenciosos”. Este rótulo está associado a uma imagem dos cabo-verdianos enquanto grupo de imigrantes reservados, dóceis e auto-suficientes, denotando um parco reconhecimento social por parte da sociedade receptora e um certo isolamento revelador do seu posicionamento de minoria entre as minorias. Neste artigo, Cláudia de Freitas mostra como esta imagem se tem vindo a alterar como consequência de vários factores entre os quais destaca a participação dos cabo-verdianos no campo da saúde mental na Holanda. A importância desta contribuição deve ser assinalada a vários níveis: pela ligação conceptual que permite entre os dois principais destinos migratórios cabo-verdianos na Europa (Portugal e Holanda); pela chamada de atenção para a especificidade dos problemas específicos dos grupos de imigrantes que acolhemos; pelos modelos potenciais de participação focados, que alargam o espectro do que tradicionalmente existe em Portugal e nos desafia a seguir as melhores práticas. A saúde mental é aqui uma metáfora para as muitas estigmatizações que afectam parte dos cabo-verdianos em Portugal.

Rocio Farelo Moldes, espanhola, que vem desde há muito tempo estudando os cabo-verdianos em Espanha, analisa no seu texto uma mudança significativa na inserção económica dos cabo-verdianos naquele país: do sector industrial para o sector de serviços. Espanha é um país cada vez mais integrado com Portugal, todos o sabemos, o que talvez não soubéssemos é que também no caso das migrações cabo-verdianas tal ocorre. Os cabo-verdianos em Espanha, completaram já todo um ciclo migratório tendo





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

os primeiros migrantes atingido já a idade de reforma após toda uma carreira de trabalho naquele país. Neste texto a autora mostra como decorreu este processo, como os cabo-verdianos de Espanha se mantiveram ligados aos cabo-verdianos portugueses, de que modo os dois processos migratórios estão ligados e como reagem actualmente à competitividade e competição de outros grupos migrantes recém chegados. É um acutilante retrato que mostra tanto sobre os cabo-verdianos, como sobre os espanhóis que os acolheram.

Lisa Akesson, norueguesa, parte da comunidade transnacional dos investigadores que tomaram as migrações cabo-verdianas como objecto de estudo, traz-nos a dimensão do país de origem e as relações de dependência entre os que partiram e os que ficaram. Através de uma análise baseada no paradigma do transnacionalismo, com as suas influências antropológicas, mostra como a emigração é estruturante na sociedade cabo-verdiana. Para a autora as famílias, globais porque dispersas por vários países, surgem como o elo mais forte do transnacionalismo cabo-verdiano e as práticas transnacionais, no essencial, desenvolvem-se no seu seio. Akesson mostra como as dependências estabelecidas são essenciais para a sobrevivência dos que ficaram em Cabo Verde e as remessas um vínculo que deve ser mantido. Mesmo em momentos de crise económica, de desemprego ou de complexos processos de integração nas sociedades de destino, os que não migraram têm expectativas depositadas nos que partiram e são deles dependentes. Através de uma enunciação de várias das dimensões do transnacionalismo a autora sugere uma inclusão dos não-migrantes nas análises dos estudos migratórios mostrando que sociedades de destino e sociedades de origem estão umbilicalmente ligadas.

